

SURGIMENTO E IMPACTO DE *AD GENTES: SOBRE A ATIVIDADE MISSIONÁRIA DA IGREJA*

- Charles Câmara

Contexto

Em dezembro de 2025, completam-se sessenta anos desde a conclusão do *Segundo Concílio Ecumênico do Vaticano, 1962-1965* (Vaticano II). Durante os três anos de deliberações, vários tópicos foram ponderados sobre questões internas e externas relativas à Igreja Católica e ao mundo. Entre os dezesseis documentos promulgados pelo Vaticano II, o decreto *Ad gentes: sobre a atividade missionária da Igreja*, foi um dos últimos concluídos e divulgados. A elaboração deste decreto teve que enfrentar muitos desafios, desde o seu rascunho inicial até a aceitação da versão final pela maioria dos padres conciliares. Uma razão para as dificuldades em delinear o *Ad gentes* foi a visão predominante, que se baseava estritamente no direito canônico aplicado às missões, defendida pela Congregação para a Doutrina da Fé (renomeada “Dicastério para a Doutrina da Fé”). A maioria dos padres conciliares, especialmente os do Sul Global, desejava abandonar um pensamento legalista e adotar uma reflexão teológica aprofundada sobre o significado e a tarefa das missões na era moderna, relacionadas à descolonização e ao testemunho cristão entre os povos recém-cristianizados. O decreto *Ad gentes* cumpriu a intenção desejada? E, desde então, qual foi seu impacto no trabalho missionário da Igreja e no pensamento dos Papas subsequentes sobre missão e evangelização?

Este artigo tenta oferecer uma breve resposta a essas questões, contextualizando o meio intelectual e histórico para o surgimento, recepção e impacto do decreto *Ad gentes*. A seção introdutória destaca o que o documento trata e seus principais temas. As duas seções seguintes descrevem quais eram as visões gerais predominantes sobre a missão antes do Vaticano II e as abordagens teológicas dominantes em relação à missão. Em seguida, o artigo descreve brevemente o processo de como o decreto surgiu após encontrar dificuldades iniciais. A próxima seção oferece um resumo do conteúdo e da estrutura do *Ad gentes*. A penúltima seção reflete sobre o significado do *Ad gentes* e descreve algumas das características marcantes dos documentos papais subsequentes sobre missão e evangelização. O artigo conclui oferecendo uma breve reflexão sobre alguns dos desafios que a missão hoje pode enfrentar.¹

1. Introdução

Ad gentes é o decreto do Vaticano II sobre a atividade missionária da Igreja no mundo moderno. É o décimo quarto documento do Concílio, promulgado em 7 de dezembro de 1965 pelo Papa Paulo VI. Considerado na perspectiva do espírito geral do Vaticano II de abertura ao mundo, os padres conciliares reunidos consideraram que a Igreja missionária peregrina precisa se tornar mais inclusiva, pluralista, dialógica, intercultural, ecumênica e inter-religiosa em sua identidade e existência. *Ad gentes* enfatiza que a identidade da igreja missionária é caracterizada pelo *ser* e não pelo *fazer*, que a própria igreja é comissionada como “um sacramento universal de salvação”² e oferece uma definição geral de missão:

O nome de «missões» dá-se geralmente àquelas actividades características com que os pregadores do Evangelho, indo pelo mundo inteiro enviados pela Igreja, realizam o encargo de pregar o Evangelho e de implantar a mesma Igreja entre os povos ou grupos que ainda não crêem em Cristo. Essas «missões» são levadas a efeito pela actividade missionária e exercem-se ordinariamente em certos territórios reconhecidos pela Santa Sé. O fim próprio desta actividade

¹ Este artigo baseia-se em uma apresentação feita em um workshop sobre “Tradução e introdução dos documentos do ‘Segundo Concílio Ecumênico do Vaticano, 1962-1965’, na Suécia”, no *Instituto Newman do Jesuit University College*, em Uppsala, em 01/03/2025. Agradeço aos participantes pelos comentários construtivos sobre a apresentação.

² *Ad gentes* nn. 1. Esta frase apareceu pela primeira vez na *Lumen gentium - Constituição dogmática sobre a Igreja*, promulgada pelo Papa Paulo VI em 21 de novembro de 1964. n. 48.

*missionária é a evangelização e a implantação da Igreja nos povos ou grupos em que ainda não está radicada.*³

De modo geral, o documento considera toda a Igreja como missionária, portanto, todos os batizados são chamados a promover a proclamação do Evangelho e a se engajar em obras de misericórdia. No entanto, o decreto é muito claro sobre a necessidade, por um lado, de proclamar o Evangelho e, por outro, de não forçar a conversão de ninguém à fé cristã:

*A Igreja proíbe severamente obrigar quem quer que seja a abraçar a fé, ou induzi-lo e atraí-lo com processos indiscretos, do mesmo modo que reclama com vigor o direito de ninguém ser afastado da fé por meio de vexações iníquas.*⁴

Embora *Ad gentes* declare que a Igreja é essencialmente missionária e que sua missão se fundamenta no Deus Trino, enfatiza que a Igreja é enviada por Deus às nações para ser um sacramento universal de salvação e sempre se esforça para proclamar a mensagem de Jesus sobre o Reino de Deus a toda a humanidade. Os missionários são enviados para proclamar o Evangelho e ancorar a Igreja entre os povos que ainda não conhecem a Cristo ou creem em Cristo. Além disso, o decreto afirma a ligação entre evangelização e caridade, apela à formação de comunidades católicas fortes e incentiva o desenvolvimento de relacionamentos com outros cristãos e aqueles que não são cristãos. O documento também fornece diretrizes práticas sobre como os missionários devem se preparar para desempenhar suas missões.

O tema principal abordado em *Ad gentes* é a identidade da Igreja missionária, o que ela é, o que faz e deve fazer. Algumas questões específicas que o documento aborda são: A Igreja Católica é a única instituição com o mandato de salvar almas para Cristo e proclamar a fé? Deus está presente apenas na Igreja Católica? Como se deve evangelizar e dialogar com os outros de forma construtiva sem impor a fé? Quem é chamado a realizar a missão, onde a missão deve ocorrer e como os missionários devem ser preparados para desempenhar suas tarefas de testemunhar o Reino de Deus?

2. Visões sobre a missão antes e depois do Vaticano II

A visão predominante na época do Vaticano II era que a tarefa de ser missionário foi dada por Jesus Cristo como a “grande comissão” quando ele enviou discípulos para pregar o Evangelho e proclamar que o Reino de Deus está próximo, bem como fazer discípulos de todas as nações.⁵ Essa compreensão da missão não foi alterada em *Ad gentes*, mas sim que o decreto enfatizou as raízes da missão na Trindade, que a missão da Igreja é baseada no amor derramado do Pai por sua criação, que enviou seu Filho para dar testemunho do Pai, e por meio dele o Espírito Santo para trabalhar na história, a fim de realizar a salvação para todos.⁶ A Igreja, considerada como o corpo de Jesus Cristo, é comissionada a realizar a atividade missionária de salvação agora, aqui e em todos os lugares.

A Igreja opera dentro da história deste mundo e, portanto, deseja responder aos desafios que são colocados à humanidade em cada época, desafios que existem internos e externos à Igreja.⁷ Alguns desses

³ *Ad gentes* nn. 6

⁴ *Ad gentes* nn. 13

⁵ Mateus 28:19

⁶ Štěch, František, “Missão Inter Gentes como Consequência da Missão Ad Gentes? Reflexões 55 anos após o Decreto de Atividade Missionária do Vaticano II e Desenvolvimentos Posteriores na Missiologia Católica Romana”. *Acta Missiologica*. n.º 32. Vol. 14. 2020, 35-36

⁷ Schreiter, Robert J, “Localizando a missão europeia em um mundo ferido e em profunda transformação”, *Estudos de missão: Revista da Associação Internacional de Estudos de Missão* 37, 3 (2020), 6-9

desafios expuseram que a Igreja antes do Concílio tinha uma visão *exclusiva* da missão, que é salvar almas para Cristo e que somente a Igreja Católica tem o mandato de cumprir isso; ⁸ a *pregação* era priorizada; *peças consagradas* eram consideradas os principais executores da missão; e que não há *salvação* fora da Igreja Católica.⁹ Além disso, anteriormente havia uma relação duvidosa com o *colonialismo europeu* e com as novas situações que surgiram durante a primeira metade do século XX com duas guerras mundiais, genocídios, descolonização e estabelecimento de estados independentes, surgimento do Direito Internacional Humanitário e o desenvolvimento de armas nucleares que poderiam aniquilar a humanidade.¹⁰ *Ad gentes*, como alguns outros documentos do Vaticano II, especialmente *Lumen gentium* (1964) e *Gaudium et spes* (1965), propôs-se a abordar esses desafios reconsiderando posições previamente defendidas à luz do autoexame geral do Vaticano II.¹¹ Tais reavaliações envolveram uma mudança de uma igreja exclusiva para *uma inclusiva*, por meio do envolvimento com diversas partes interessadas;¹² a evangelização ocorre dentro da estrutura do *diálogo*; todas as pessoas *batizadas* são chamadas a ser missionárias, portanto, não apenas as pessoas ordenadas de ordens e institutos religiosos; Deus também está *presente* em outras tradições de fé; e ser *missionário* significa alcançar os não alcançados onde quer que estejam, em vez de se concentrar em cristianizar povos e territórios não europeus.

O engajamento da igreja no mundo, a fim de transformá-lo de acordo com os valores do Evangelho, tornou-se cada vez mais importante, de modo que os padres conciliares consideraram que a teologia predominante da missão precisava ser revista de tal forma que pudesse se tornar uma ferramenta de apoio teológico e prático no papel renovado da igreja no mundo.

3. Abordagens dominantes para a missão

Na época do Vaticano II, havia basicamente duas abordagens teológicas para a missão, cada uma representada por uma das grandes escolas teológicas da época: Münster, na Alemanha, e Leuven, na Bélgica.¹³ A abordagem *crístocêntrica alemã* para a missão sustentava a visão tradicional, *missio ad gentes*, de que o propósito da missão era a salvação das almas por meio da conversão de não cristãos, e os missionários eram enviados para proclamar Cristo em lugares onde ele ainda não era conhecido, principalmente em territórios não europeus. A abordagem *eclesiástica* para a missão da escola belga articulava a visão sobre a necessidade de estabelecer estruturas eclesiais locais, como dioceses e paróquias, para realizar obras de misericórdia por meio da construção de escolas e hospitais, e para estabelecer outras instituições sociais que promovam a dignidade humana e o desenvolvimento para todos,

⁸Cf. a visão expressa em *Ad gentes* nn. 7: "Ora há um só Deus, e um só que é mediador de Deus e dos homens, o homem Cristo Jesus, que se deu a si mesmo como preço de resgate por todos» (I Tim. 2, 4-6), «e não há salvação em nenhum outro» (Act. 4,12). Portanto, é preciso que todos se convertam a Cristo conhecido pela pregação da Igreja e que sejam incorporados, pelo Baptismo, a Ele e à Igreja, seu corpo".

⁹Poder-se-ia dizer que esta era a opinião geral mantida pela Igreja, simplesmente tomada como certa. Mas se isso era realmente um ensinamento vinculativo da Igreja é outra questão completamente diferente. O velho ditado "fora da Igreja não há salvação", origina-se da Carta LXXII do Padre da Igreja São Cipriano de Cartago no século III, e tem sido frequentemente citado como argumento. Mas em seu contexto histórico, a declaração de Cipriano não significa exatamente isso. Mais importante ainda, há uma declaração do Dicasterio para a Doutrina da Fé, que em 1950 rejeitou a interpretação exclusiva da declaração de Cipriano. (Cf. "An Introductory Dictionary of Theology and Religious Studies", Orlando O. Espín, James B. Nickoloff, eds., Liturgical Press 2007, p. 439).

¹⁰ Brazal, Agnes M, "Diálogo e Proclamação da Verdade: Recepção de *Nostra Aetate* e *Ad Gentes* pela FABC" *Journal of Dharma* 42, 4 (outubro-dezembro de 2017), 414.

¹¹ *Lumen gentium* - Constituição dogmática sobre a Igreja, promulgada pelo Papa Paulo VI em 21 de novembro de 1964. *Gaudium et spes* - Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo, promulgada pelo Papa Paulo VI em 7 de dezembro de 1965

¹²"Os católicos colaborem com os irmãos separados, em conformidade com as disposições do decreto sobre o Ecumenismo, por meio da comum profissão de fé em Deus e em Jesus Cristo diante dos gentios, na medida do possível, e pela cooperação em questões sociais e técnicas, culturais e religiosas." (*Ad gentes* nn. 15).

¹³ Štěch, "Missão", 34

especialmente elevando as pessoas mais marginalizadas. Tal promoção da fé deve ser feita em todos os lugares.

Embora as duas escolas teológicas pré-Vaticano II possam parecer estar em desacordo entre si, os padres conciliares esclareceram que não se trata de uma questão de *um ou outro*, mas ambas as abordagens são essenciais e estão em jogo em síntese mutuamente frutífera.¹⁴ Essa transição da missão às nações/aos povos, *missio ad gentes*, para o que eventualmente veio a ser conhecido como missão entre os povos, *missio inter gentes*, não apenas enfatizou a necessidade da proclamação do Evangelho àqueles que não são cristãos, mas também promoveu um diálogo multifacetado entre os povos, bem como encorajou os missionários e as pessoas recém-cristianizadas a se comprometerem a trabalhar pela justiça, pela paz e a estender a solidariedade aos povos marginalizados, independentemente da fé a que aderissem e onde quer que estivessem.¹⁵

4. Criação do decreto *Ad gentes*

Desde o seu primeiro rascunho, *Ad gentes* tinha sofrido muitas revisões, foi rejeitado várias vezes e, após as devidas alterações, o documento foi aprovado por uma maioria esmagadora dos Padres Conciliares (2.394 votos a favor, 5 contra).¹⁶ O primeiro rascunho do documento, preparado por um comitê da Congregação para a Doutrina da Fé sob a liderança do Cardeal Agagianian, foi considerado meramente um resumo do Direito Canônico aplicado às missões, em vez de uma reflexão teológica sobre o significado e a tarefa da missão na era moderna. Portanto, este primeiro rascunho e os subsequentes foram rejeitados pela maioria dos Padres Conciliares, pois consideravam a abordagem da missão essencialmente uma preservação da compreensão territorial tradicional da missão, que consideravam ultrapassada. Em vez disso, eles defenderam uma compreensão mais inclusiva da missão, mais fundamentada teologicamente e relacionada ao mundo em sua condição atual, com seus desafios e oportunidades. Por um lado, alguns desses desafios envolviam como a igreja deveria se relacionar com o desejo de autodeterminação das nações recém-estabelecidas, também no que diz respeito à cultura e à religião, enquanto sofria pressão dos antigos colonizadores ocidentais para adotar sua cultura e valores "modernos"; e lidar com a compreensão de democracia dos Estados-nação recém-libertados e estabelecer instituições democraticamente estruturadas, muitas vezes não baseadas nos valores do Evangelho, mas sim em outras tradições de fé. Por outro lado, algumas das oportunidades envolviam como a igreja poderia acomodar e tirar proveito da introdução da liberdade religiosa em territórios anteriormente antidemocráticos e do surgimento de igrejas indígenas e leigos comprometidos testemunhando a fé cristã entre seus vizinhos não cristãos.

Para atender à demanda das vozes críticas, que exigiam a formulação de um documento dinâmico, positivo, equilibrado e inspirado na fé, com fundamento teológico, que fosse além dos princípios do Direito Canônico, novos membros foram incluídos na comissão de trabalho. Os membros recém-nomeados possuíam experiência prática em missões e eram considerados especialistas teológica e espiritualmente afluentes. O Padre Johannes Schütte SVD – então Superior Geral da *Societas Verbi Divini* e com experiências

¹⁴ Štěch, "Missão", 35. Em relação à relevância da *missio ad gentes* sessenta anos depois, Turati (2024) afirma a relevância duradoura da missão da Igreja para todas as nações, bem como a evangelização dentro das nações. Turati, seguindo a visão oferecida pelo Papa Francisco, propõe uma abordagem sinodal - caracterizada pela escuta, comunhão e participação - para reacender a abordagem de testemunho da Igreja no mundo moderno (Turati, Giuseppe, "A Missão *ad Gentes* ainda faz sentido?" *Studia Vincentiana*, Volume 2, Número 3 (2024), 201-214).

¹⁵ Štěch, 40 "Missão", aponta que, embora o desenvolvimento da compreensão teológica católica romana da missão antes, durante e depois do Vaticano II tenha sido marcado por muitas conquistas, duas décadas depois, na exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi* (1975) do Papa Paulo VI e *Redemptoris Missio* (1990) do Papa João Paulo II, "a ideia principal da missão ainda era *missio ad gentes* – missão às nações, aos povos". Veja também visão semelhante defendida por Bevans, "Igreja e Ensino sobre Missão", 8.

¹⁶ Stephen B. Bevans e Jeffrey Gros, *Evangelização e Liberdade Religiosa: Ad Gentes, Dignitatis Humanae* (Nova York: Paulist Press, 2009), 17.

práticas significativas como missionário na China durante a década de 1940 – foi nomeado presidente da nova comissão. Juntamente com os demais membros da comissão, como os padres teólogos Yves Congar, Joseph Ratzinger e Karl Rahner, o documento *Ad gentes* passou por algumas revisões conforme as instruções dos padres conciliares e acabou sendo aprovado.¹⁷

5. Conteúdo, estrutura e contexto

Além de um breve próêmio e uma conclusão, *Ad gentes* consiste de seis capítulos, contendo 42 parágrafos. O prefácio esclarece que a missão da Igreja é dada por Deus, enraizada na Trindade e é chamada a restaurar cada pessoa em Cristo e proclamar o Reino de Deus. O Capítulo 1: "Princípios Doutrinários" ilumina a natureza da Igreja, que é essencialmente missionária. O objetivo deste trabalho missionário é "realizam o encargo de pregar o Evangelho e de implantar a mesma Igreja entre os povos ou grupos que ainda não crêem em Cristo."¹⁸ A proclamação do Evangelho pelos missionários é feita juntamente com a celebração dos sacramentos da Igreja, e os missionários dão testemunho de Cristo também através de obras de misericórdia. O Capítulo 2: "A obra missionária em si mesma" esclarece que todas as pessoas batizadas podem dar testemunho da fé através de suas vidas e esse testemunho deve ser compartilhado com os outros por meio de encontros e diálogos respeitosos. Os católicos devem colaborar com governos, sociedade civil e com outros cristãos e não cristãos em projetos educacionais, sociais e pastorais em áreas de missão, atendendo assim às necessidades materiais, sociais e espirituais das pessoas. Desta forma, a comunidade cristã dará testemunho de Cristo e será um sinal da presença de Deus no mundo. O Capítulo 3: "As Igrejas particulares" enfatiza que todas as igrejas locais são chamadas à missão. Os bispos têm uma responsabilidade especial neste processo, em que a fé, a liturgia, a catequese e as obras de misericórdia são promovidas nas igrejas jovens. As igrejas recém-fundadas devem ser inclusivas em sua formação e identidade e devem "recebem dos costumes e das tradições dos seus povos, da sabedoria e da doutrina, das artes e das disciplinas, tudo aquilo que pode contribuir para confessar a glória do criador, ilustrar a graça do Salvador, e ordenar, como convém, a vida cristã".¹⁹

O Capítulo 4: "Os Missionários" considera que, embora todas as pessoas batizadas sejam chamadas a ser missionárias, as pessoas consagradas são chamadas de maneira especial a disseminar a mensagem do Evangelho. No entanto, todos os missionários devem receber formação espiritual, moral e técnica para compartilhar o Evangelho da forma mais eficaz possível.

No Capítulo 5: "A organização da actividade missionária" deve ser realizado por meio da coordenação competente dos diversos representantes da Igreja, devidamente coordenados por um Bispo que tem a tarefa e o papel específicos de promover a atividade missionária local. O último Capítulo 6: "A Cooperação" enfatiza a tarefa missionária de todo o povo de Deus e das comunidades eclesiais. Os padres conciliares do Vaticano II convidam cada pessoa "a uma profunda renovação interior" e, assim, assumem a responsabilidade pela difusão do Evangelho de forma autêntica.²⁰ Todos na Igreja são encorajados a difundir a fé utilizando os modernos meios de comunicação social e colaborando com instituições científicas. Os sacerdotes representam Cristo que quer salvar todo ser humano; portanto, os enviados devem planejar sua atividade missionária de modo que ela sirva à proclamação do Evangelho entre os não cristãos. Embora cada pessoa tenha um papel no processo de partilha da fé, o decreto na "Conclusão" afirma que, em última análise, "é Deus é quem faz com que o seu reino venha ao mundo".²¹

¹⁷Para o histórico de elaboração de *Ad Gentes*, veja Alberigo e Komonchak, eds., *História do Vaticano II*, vol. 4, 331-345, 573-584; vol. 5, 427-451. Maryknoll, Nova York: Orbis, 1995-2006.

¹⁸ *Ad gentes* nn. 6

¹⁹ *Ad gentes* nn. 22

²⁰ *Ad gentes* nn. 35

²¹ *Ad gentes* nn. 42

À luz das propostas apresentadas no decreto, *Ad gentes* poderia ser vista como uma resposta criativa à situação prevalecente na Igreja e no mundo na época do Vaticano II. A própria atividade missionária estava diminuindo em alcance, daí o tom urgente do decreto sobre a necessidade de reorientar os esforços da Igreja para sua missão. Além disso, a descolonização e o estabelecimento de novos Estados em muitas áreas de missão desafiaram a Igreja a reconsiderar sua visão de missão e a reavaliar que a teologia missionária ocidental talvez não fosse mais tão relevante quanto poderia ter sido posta em prática durante a era colonial.²²

6. Significado e impacto de *Ad Gentes*

O principal impacto da abordagem teológica aprofundada e da essência geral do decreto permeou as diversas declarações, como aquelas sobre a relação entre a pregação e as ações de caridade em relação à preparação teológica, espiritual e prática dos missionários; o envolvimento dos leigos na atividade missionária; o incentivo à colaboração com outras comunidades cristãs e tradições de fé não cristãs; e a missão primordial da Igreja de evangelizar no mundo moderno em companhia de Cristo. Embora algumas das propostas do decreto tenham sido interpretadas por bispos, institutos religiosos e associações leigas de maneiras que talvez não fossem pretendidas pelos padres conciliares reunidos no Vaticano II, ele levou os Papas subsequentes a oferecer esclarecimentos, explicações e orientações sobre como *Ad gentes* deveria ser entendido e seu conteúdo implementado nas sociedades ocidentais e não ocidentais. Entre essas abordagens esclarecedoras, três importantes documentos papais devem ser destacados: a exortação apostólica *Evangelii. Nuntiandi* (1975) do Papa Paulo VI; encíclica *Redemptoris Missio* (1990) do Papa João Paulo II e exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (2013) do Papa Francisco.²³

Resumidamente, em *Evangelii Nuntiandi* O Papa Paulo VI insiste que a Igreja precisa ser evangelizada antes de assumir a tarefa de evangelizar ou compartilhar a fé com os não cristãos; que há uma forte ligação entre o testemunho de Jesus sobre o Reino de Deus e a Igreja, portanto, há uma continuidade autêntica entre a missão de Jesus e a missão da Igreja; e que a Igreja é essencialmente missionária, o que significa que todos na igreja é chamado a participar da missão da igreja. Embora em *Redemptoris Missio* o Papa João Paulo II se refira a que as pessoas têm a possibilidade de serem salvas fora da fé explícita em Cristo, no entanto, toda a graça vem por meio de Cristo, e somente Cristo, o Papa escreve: “Os homens, portanto, só poderão entrar em comunhão com Deus através de Cristo, e sob a acção do Espírito”.²⁴ Portanto, a igreja tem a obrigação de testemunhar a fé em Cristo, sempre compartilhar, nunca impor. Em *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco está preocupado em abordar a evangelização em vez da missão, assim ele aponta a necessidade de nos evangelizarmos mais como indivíduos e comunidades, enquanto ao mesmo tempo apela a todas as pessoas batizadas para levar o amor de Cristo a todos os outros, ou seja, não cristãos. Além disso, o Papa Francisco enfatiza a tarefa pastoral da Igreja de evangelização, concentrando-se na promoção da paz, justiça e fraternidade, por meio do diálogo respeitoso com pessoas de todas as religiões e nenhuma. A principal maneira de testemunhar a fé seria dar atenção especial àqueles que estão à margem da sociedade, incluindo os sem-teto, os viciados, os refugiados, os povos indígenas, os idosos, os migrantes, as vítimas de tráfico e as crianças ainda não nascidas.²⁵

²²James D. Chancellor, “Missões Cristãs: O Desafio do Século XXI”, *Southern Baptist Journal of Theology*, 03:1 (primavera de 1999), 70-73.

²³ *Evangelii nuntiandi* (1975) pelo Papa Paulo VI; a encíclica *Redemptoris Missio* (1990) do Papa João Paulo II, e a exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (2013) do Papa Francisco.

²⁴ *Redemptoris Missio* § 5.

²⁵Schreiter (2020) escreve, como referência à imagem do Papa Francisco da igreja como um "hospital de campanha", que uma resposta para viver dentro da *Missio Dei* hoje é se envolver em uma *missio ad vulnera*, ou uma missão para os feridos.

Deve-se notar que, por quase um século, os Papas também destacaram vários aspectos das atividades missionárias, incluindo esclarecimentos e orientações para a missão e a evangelização, em suas cartas publicadas anualmente, *Mensagens para o Dia Mundial das Missões*, que desde 1926 é celebrado no penúltimo domingo de outubro de cada ano, como um dia de oração pelos missionários.

Embora os esclarecimentos desses Papas tenham ganhado importância significativa nos anos seguintes à publicação de *Ad gentes*, a necessidade de maiores esclarecimentos pode permanecer, por exemplo, no que diz respeito à tensão circunstancial entre proclamação e diálogo; salvação em Cristo expressa somente por meio da Igreja Católica e salvação por meio de outras religiões; e missão realizada por pessoas consagradas e leigos; bem como o papel da Igreja no século XXI.

7. Observações finais

Sessenta anos se passaram desde que *Ad gentes* foi promulgada. Desde então, a Igreja passou por muitas mudanças em resposta aos desafios internos às suas próprias estruturas e aos desafios apresentados externamente, com os quais a Igreja precisa se relacionar.²⁶ Ao mesmo tempo, o mundo passou e continua passando por mudanças significativas em todos os setores, como política, economia, cultura, religião e ecologia, que impactam indivíduos, sociedades e nações. Nesse processo complexo, em que a internacionalização e a globalização assumiram significados diversos, a Igreja precisa refletir sobre como deve evangelizar nestes tempos em constante mudança, em que os territórios adquiriram significados cada vez mais ambíguos e também em que as pessoas se tornaram mais móveis, mesmo através das fronteiras nacionais. Além disso, as novas igrejas estabelecidas fora da Europa estão criando identidades ancoradas localmente, nas quais elementos de culturas étnicas ou nacionais localizadas desempenham papéis importantes. Além disso, as vocações religiosas no Ocidente estão em declínio, enquanto, em certa medida, estão aumentando em outras partes do mundo, que, por sua vez, estão enviando missionários para evangelizar nas sociedades ocidentais.²⁷

Ad gentes, juntamente com documentos papais subsequentes e documentos de institutos missionários²⁸, definem a essência de como a Igreja deve pensar sobre sua futura abordagem missionária, ou mais especificamente como evangelizar e testemunhar, sem apresentar a fé cristã de maneiras imponentes aos povos nas sociedades ocidentais e não ocidentais, permeadas por valores religiosos e seculares. A ênfase do decreto na promoção do diálogo ecumênico e inter-religioso nos esforços missionários da Igreja Católica e a aceitação de que Deus age também em outras religiões, juntamente com a visão de que não apenas as pessoas ordenadas e professas são chamadas à missão, mas sim que cada pessoa batizada é chamada a evangelizar e testemunhar a fé em Jesus Cristo, continuará a nutrir o desejo da Igreja universal de criar comunhão com toda a humanidade, levando a que o Reino de Deus possa ser estabelecido na Terra, aqui e agora.

²⁶Cf. "Pontifícias Obras Missionárias", 5.

²⁷Schreiter, 2019, 9; Bevans, Stephen B. "Revisitando a missão no Vaticano II: Teologia e prática para a igreja missionária de hoje." *Estudos Teológicos*, 74 (2013), 262-263.

²⁸Veja, por exemplo, a declaração conjunta de vários institutos missionários de origem italiana, publicada pelas "Pontifícias Obras Missionárias".